Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Maria Gabriela Góis Ribas Martins de Carvalho
Data de nascimento: 12 de fevereiro de 1954

II — Habilitações Académicas:

1979 — Licenciatura em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras de Lisboa.
1984 — Curso de Conservação e Restauro no Instituto de José de Figueiredo.
Equivalência ao grau de Bacharel em Conservação e Restauro (Escola Superior de Conservação e Restauro).

III — Cargos exercidos:

2012/2014 — Chefe de Divisão, em regime de substituição, do Laboratório José de Figueiredo, integrado no Departamento de Museus, Conservação e Credenciação da Direção-Geral do Património Cultural.
2005/2007 — Coordenadora do Departamento de Conservação do Instituto Português de Conservação e Restauro.
2000/2005 — Diretora do Departamento de Conservação do Instituto Português de Conservação e Restauro.
1992/2000 — Responsável da Divisão de Documentos Gráficos do Instituto José de Figueiredo e Instituto Português de Conservação e Restauro.

IV — Habilitações profissionais:

1992 — I.C.C.R.O.M., Tokyo National Research Institute of Cultural Properties — Tokyo. (Japanese Paper Conservation).
1987 — Estágio no "Gabinetto Nazionale delle Stampe", Roma (bolseira da Secretaria de Estado de Cultura).
V — Experiência profissional:
Processo de acreditação dos profissionais de conservação e restauro — coordenação e elaboração do documento base, estruturação do processo e preparação de documentos, com vista à implementação do sistema. (2000/2014).
Representação institucional em: reuniões (UNESCO, ICCROM), encontros (ICOM/APOM), conferências e congressos, tanto em Portugal como no estrangeiro, no âmbito dos problemas da conservação e da sensibilização dos princípios de conservação preventiva, nomeadamente no grupo de trabalho do projeto "European Preventive Conservation Strategy — PCStrat" Vantaa, Finlândia, 2000.
Participação em reuniões de trabalho sobre a revisão das carreiras de conservação e restauro, e diploma das carreiras de museologia e conservação e restauro, 2000; lei do Património: comentários e pareceres sobre o desenvolvimento da lei do Património, no que respeita à conservação e restauro — Artigos 45 e 59.
Representante do grupo de trabalho (Instituto Português de Conservação e Restauro) para a elaboração dos Planos de Conservação Preventiva, bases orientadoras, normas e procedimentos, de acordo com a Lei-Quadro dos Museus Portugueses (n.º 47/2004, de 19 de Agosto).
Palestras e comunicações de divulgação com diversas entidades, nomeadamente com Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja.
Colaboração com diversos museus, Igreja e outras instituições na área de conservação preventiva.
Ações de formação e sensibilização para os princípios de conservação preventiva, em escolas, universidades, associações e organismos responsáveis pela salvaguarda de bens culturais.
Elaboração de normas e orientações técnicas; elaboração de pareceres técnicos e textos de apoio sobre conservação preventiva e Normas de Conservação e Procedimentos de Conservação Preventiva.
Elaboração e revisão dos Planos de Conservação Preventiva dos Museus (IMC).
Coordenadora das ações de formação na área de conservação, na Rede Portuguesa de Museus. (2004/2011).
Apoio aos diversos museus através de visitas técnicas, elaboração de pareceres, relatórios, planos de conservação preventiva.
Docente e orientação de estagiários nos cursos de Conservação e Restauro, Escola Superior de Conservação e Restauro/Universidade Nova de Lisboa; e no Mestrado em "Museologia e História de Arte", Universidade Nova de Lisboa, 1998/99.
Coordenadora e docente das cadeiras de conservação preventiva no mestrado da Universidade de Évora, "A Conservação e Restauro em Museus", 2000; e "Tópicos especiais em Museologia — Conservação e Restauro", 2003.

V — Formação profissional relevante/Cursos e Seminários.

"FORGEP", Instituto Nacional de Administração (INA), 2007.
Seminário "O Contributo das Auditorias internas para melhorar a Gestão da Qualidade", INA, 2007.
"Gestão por Objetivos", INA, 2007.
"Sistema de Avaliação do Desempenho na Administração Pública", INA, 2007.
"Gestão de projetos", INA 2006.
"Gestão estratégica", INA, 2006.
"ISSO 9000 versão 2000 — Sistemas de Gestão da Qualidade", 2005.
Seminário de Alta Direção, INA, 2004.
Seminário "Como definir objetivos qualitativos e quantitativos nos serviços da Administração Pública", INA, 2003.
Seminário "Gestão de Riscos no Património Museológico", Ibermuseus, Brasília, 2011.
Conferência "A Sustentabilidade Climática em Espaços Culturais, Museus, Arquivos, Bibliotecas", Stefan Michalski, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2011.
Seminário "Circulação de Bens Culturais — Enquadramento Legal, Normativos e Boas Práticas, Lisboa, 2010.
Seminário "Controlo Integrado de Pragas em Bibliotecas, Arquivos, Museus e Monumentos", David Pinniger e Jane Thompsom Webb, Museu Nacional de Etnologia/Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, 2009.
Seminário "Risk assessment and conservation planning at Canadian Museum of Nature", Stefan Michalski, 2007.
Seminário "Avaliar os Riscos do Ambiente para as Coleções: Os Objetos Aclimatam-se?", Stefan Michalski, 2008.
"International Seminar — Theory and Practice in Conservation" EU-ARTECH, Tribute to Cesare Brandi, LNEC, Lisboa, 2006.
Seminário "Gestão de riscos" Jonathan Ashley-Smith, UCP, Porto, 2005.
Conferencia "Encontro sobre Conservação Preventiva", Stefan Michalski, Fundação Oriente, 2004.
Curso "Conservar em Segurança — Introdução à análise e gestão de riscos" Stefan Michalski e Jonathan Ashley-Smith, Coimbra, 2003.
Seminário "Materiais para Exposição, Armazenamento e Transporte de Bens Culturais" Jean Tetreault, IPCR, 2002.
Seminário "Risk Assessment" Jonathan Ashley Smith, IPCR, 2002.
"Conservação Preventiva", Sara Staniforth, Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, Lisboa, 1994.

VI — Publicações

A. Candeias, G. Carvalho "Considerações sobre o estudo de Pintura — A Experiência do Laboratório José de Figueiredo" in As preparações na Pintura Portuguesa Séculos XV e XVI, ed. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013.
G. Carvalho, A. Candeias "A conservação e o restauro: o papel do Laboratório José de Figueiredo, perspetivas e desafios", Revista Património, 1, 2013.
G. Carvalho, J. Amaral e M. Tissot, "A conservação preventiva após a Lei-Quadro dos Museus Portugueses Previsões e expectativas", in revista Museal, 2007.
C. Borges de Sousa, G. Carvalho, J. Amaral e M. Tissot, "Plano de Conservação Preventiva — bases orientadoras, normas e procedimentos, temas de Museologia. IMC, Lisboa, 2007.
A. Almeida, G. Carvalho "Vade-mécum" — Preservação do Património histórico e artístico das igrejas, Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa, 2007.
A. Almeida, G. Carvalho, "Preservação do Património Histórico e Artístico das Igrejas", Lisboa, 2006.
A. Almeida G. Carvalho "Vade-Mecum", IPCR, Lisboa, 2001.

207574443

Despacho n.º 1720/2014

Em cumprimento do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de agosto, alterada pelas Leis n.os 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, torna-se público o seguinte despacho da Diretora-Geral do Património Cultural datado de 24 de janeiro de 2014:
"Foi publicado no *Diário da República* n.º 201, 2.ª série, de 17 de outubro, sob o Aviso n.º 12757/2013, e publicitado na Bolsa de Emprego Público com o código OE201310/0134, o procedimento concursal de recrutamento e seleção para provimento do cargo de direção intermédia de 1.º grau de Diretor do Museu Nacional de Soares dos Reis.
Cumpridos todos os formalismos legais e concluídos os processos de seleção, o júri do referido procedimento concursal propôs que a nomeação recaísse sobre a candidata Maria João Gagean de Vasconcelos, em virtude de reunir os requisitos legais e específicos exigidos e ter demonstrado possuir o perfil adequado e as competências necessárias para o desempenho do cargo a prover.

Nestes termos, e de acordo com o disposto nos n.os 9, 10 e 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.os 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, no cargo de Diretor do Museu Nacional de Soares dos Reis, equiparado a cargo de direção intermédia de 1.º grau, a licenciada Maria João Gagean de Vasconcelos, pertencente à carreira e categoria de técnico superior.

2 — A designação referida no número anterior produz efeitos à data do presente despacho.

3 — Anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional da designada."

27 de janeiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Correia Diogo Baptista*.

Nota curricular

Maria João Gagean de Vasconcelos

I — Habilitações Literárias

Licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto — 1975.

Curso de Conservador de Museus — 1980.

II — Cargos exercidos

Professora do Ensino Preparatório (1/10/1974 a 18/11/1975).

Diretora do Museu de Alberto Sampaio de 1975 a 1985.

Chefe de Divisão de Museus e Património Histórico e Artístico da Câmara Municipal do Porto entre 1985 e 1988.

Conservadora destacada no Museu de Lamego entre 1988 e 1991.

Conservadora do Museu Alberto Sampaio em 1991.

Diretora do Museu Alberto Sampaio de março de 1992 a abril de 1993.

Chefe de Divisão de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto entre 1993 e 1995.

Diretora do Departamento de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto entre 1995 e 2006.

Conservadora do Museu de Alberto Sampaio entre abril e agosto de 2006.

Diretora do Museu Nacional de Soares dos Reis de setembro de 2006 a 2012.

Diretora do Museu Nacional de Soares dos Reis, em regime de substituição, desde 2012.

III — Outras Atividades Profissionais

Participação em vários grupos de trabalho e comissões nas áreas de museus, património e intervenção na proteção e dinamização das artes tradicionais:

Membro do Grupo de Trabalho para a abertura do Museu dos Biscainhos, 1977.

Membro do Grupo de Trabalho Museus-Unesco, 1978 a 1981 — Direção-Geral do Património Cultural.

Membro da subcomissão "ad-hoc" para a Museologia da Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, 1979-1980.

Membro da Comissão Permanente para a Cultura e Recreio da Câmara Municipal de Guimarães, 1980.

Membro do Grupo de Apoio aos Museus Locais e Regionais que sucede ao Grupo de Trabalho Museus-Unesco — representante dos Museus Regionais, 1981.

Representante da Secretaria de Estado da Cultura no NARA (Núcleo de Apoio Regional ao Artesanato) do Norte, 1982.

Membro do Conselho Consultivo do IPPC — 7.ª Secção, 1985.

Membro do Conselho Consultivo do Museu de Olaria de Barcelos.

Participante no projeto de dinamização das artes tradicionais e membro da Comissão Instaladora do Centro Regional de Artes Tradicionais que daí resultou.

Autora e coautora de vários projetos museológicos, nomeadamente:

Projeto do Museu da Cidade do Porto, 1993.

Instalação do Núcleo Central do Museu da Cidade no Palácio do Visconde da Trindade na praça Carlos Alberto, 1995.

Abertura ao público da Casa Museu Marta Ortigão Sampaio, 1996.

Acompanhamento e reformulação do projeto de obras da Casa Museu Guerra Junqueiro. Remontagem e reabertura em 1997.

Musealização da Casa do Infante (Núcleo do Museu da Cidade).

Instalação do Museu do Vinho do Porto (Núcleo do Comércio do Museu da Cidade), 2003.

Novo programa do Museu da Cidade/Núcleo Central inserido no projeto de requalificação urbanística da avenida da Ponte, da autoria do Arq. Siza Vieira, 2000.

Assessoria à preparação do concurso para o "Edifício Cultura do Palácio de Cristal "no que diz respeito à Galeria de exposições. Participação no júri e acompanhamento da obra. Abertura em 2001.

Corresponsável pela candidatura ao POC e arranque do projeto do IPAP — Inventário do Património Arquitetónico do Porto na Câmara Municipal do Porto.

Atualmente é membro dos Conselhos Gerais do Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas no Porto e da Universidade do Porto.

207574387

Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.

Contrato n.º 70/2014

Contrato-programa de desenvolvimento desportivo CP/51/DDF/2014

Aditamento aos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo CP/135/DDF/2013, CP/136/DDF/2013 e CP/258/DDF/2013

Desenvolvimento da Prática Desportiva

Enquadramento Técnico

Alto Rendimento e Seleções Nacionais

Entre:

1 — O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., pessoa coletiva de direito público, com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55, 1250-190 Lisboa, NIPC 510089224, aqui representado por Augusto Fontes Baganha, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, e Lídia Maria Garcia Rodrigues Praça, na qualidade de Vogal do Conselho Diretivo, adiante designado como IPDJ, I. P. ou 1.º outorgante; e

2 — A Federação Portuguesa de Tiro, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 56/93, de 29 de novembro, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 288, de 11 de dezembro com sede na(o) Rua Luis Derouet, 27, 3.º Esq., 1250-151 Lisboa, NIPC 501377751, aqui representada por Luís Fernando Muñoz de Moura, na qualidade de Presidente, adiante designada por Federação ou 2.º outorgante.

Considerando que:

a) Mediante os contratos-programa CP/135/DDF/2013, CP/136/DDF/2013 e CP/258/DDF/2013, foram concedidas pelo IPDJ, I. P., comparticipações financeiras à Federação Portuguesa de Tiro para execução dos programas de desenvolvimento desportivo que a Federação apresentou e se propôs levar a efeito no decurso desse ano;

b) De acordo com o estabelecido no n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, pode o IPDJ, I. P., "outorgar com os beneficiários um aditamento ao contrato-programa celebrado para o ano findo, a fim de que sejam liquidadas, até à celebração de novo contrato-programa, as quantias mensais correspondentes ao duodécimo do ano anterior".

c) Pelo despacho de 17 de janeiro de 2014, do Senhor Secretário de Estado do Desporto e Juventude, foi autorizada com o 2.º outorgante a celebração de aditamento ao abrigo da disposição legal acima mencionada;

d) A contratualização dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo para 2014 com a Federação Portuguesa de Tiro encontra-se ainda em preparação, estimando-se que a sua assinatura apenas ocorra no final do primeiro trimestre de 2014;

É celebrado o presente aditamento aos contratos-programa de desenvolvimento desportivo CP/135/DDF/2013, CP/136/DDF/2013 e CP/258/DDF/2013 que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto do contrato

As comparticipações financeiras a que se referem as Cláusulas 3.ª e 4.ª dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo CP/135/